



Número: **0802690-19.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **02/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 4.725,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GERALDA DA SILVA TAVARES (AUTOR)		IRINA NUNES CABRAL DE PAULO (ADVOGADO)	
LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30561851	11/05/2020 18:48	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
30561856	11/05/2020 18:48	<a href="#">0802690-19 BB</a>	Outros Documentos
32300412	12/05/2020 09:20	<a href="#">Certidão de Prevenção</a>	Certidão de Prevenção
32300413	12/05/2020 16:43	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
32300414	02/06/2020 16:09	<a href="#">Parecer</a>	Parecer
32300415	02/06/2020 16:09	<a href="#">AC 0802690-19.2019.8.15.2003</a>	Parecer
32300416	09/06/2020 14:32	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
32300417	09/06/2020 15:30	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
32300418	09/06/2020 15:30	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
32300419	14/07/2020 00:56	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
32340229	15/07/2020 01:43	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA  
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB

**CERTIDÃO**

**Nº DO PROCESSO: 0802690-19.2019.8.15.2003**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: GERALDA DA SILVA TAVARES**

**REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri neste processo o Ofício encaminhado pelo Banco do Brasil, em anexo.

João Pessoa/PB, 11 de maio de 2020.

MARCIA DE OLIVEIRA E SILVA  
Chefe de Cartório





Agência Setor Público João Pessoa – 2020/0357  
Posto de Atendimento Bancário Fórum Cível  
João Pessoa(PB), 20 de março de 2020

Excelentíssimo(a) Sr(a). Juiz(a),

Em atenção ao Ofício n.º 1071/2020, de 9 de dezembro de 2020, referente ao Processo n.º **0802690-19.2019.815.2003**, informamos o cumprimento da determinação ali contida, conforme comprovante de **transferência/depósito** em anexo.

Colocamo-nos a disposição de Vossa Excelência para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

Banco do Brasil S.A.  
Agência Setor Público João Pessoa – PB

  
Miriam de Lourdes Mariz de Assis  
Gerente

  
João Paulo Binato de Castro  
Escriturário

Excelentíssimo(a) Senhor(a)  
**Dr(a). FERNANDO BRASILINO LEITE**  
Juiz(a) de Direito da 4ª Vara regional de Mangabeira  
Fórum Des. Flósculo da Nóbrega



Agendamento de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 00000000046635234  
Processo : 0802690-19.2019.815.2003  
Numero do Alvará : OFICIO 1071/2019  
Data do Alvará : 09/12/2019  
Data do Levantamento : 20/03/2020  
Beneficiário : ROSANA BEZERRA DUARTE DE  
CPF/CNPJ : 587.738.514-34  
Agência do Resgate : 8347 PSO JOAO PESSOA  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital	: R\$	200,00
Valor dos Rendimentos:	R\$	5,59
Valor Bruto Resgate	: R\$	205,59
Valor do IR	: R\$	0,00
Valor Líquido Resgate:	R\$	205,59

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 1344  
Conta : 0005846-7  
Titular da Conta : ROSANA BEZERRA DUARTE DE  
CPF/CNPJ : 587.738.514-34  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 205,59  
Previsão do Pagamento: 20/03/2020

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 1500121318452  
=====

Autenticação Eletrônica: 5C6D53C17E5AF4A8

Valores sujeitos a alterações até o efetivo processamento do resgate.

Acesse seus comprovantes diretamente no site [www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes. Clientes BB também podem acessar no Autoatendimento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.





**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Diretoria Judiciária**  
**Gerência de Distribuição**

---

**APELAÇÃO CÍVEL (198) 0802690-19.2019.8.15.2003**

**[Acidente de Trânsito]**

**APELANTE: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**

**APELADO: GERALDA DA SILVA TAVARES**

**CERTIDÃO**

Certifico, inicialmente, (***APENAS referente aos PROCESSOS ELETRÔNICOS***), nos termos do § 3º, art. 5º, da Resolução nº 185/2013, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que o sistema informará ao Relator, automaticamente, a indicação de POSSÍVEL PREVENÇÃO destes autos com anterior recurso do PJE (Processo Judicial Eletrônico).

Certifico, outrossim, que em consulta ao Banco de Dados deste Poder (***APENAS referente aos PROCESSOS FÍSICOS***), NÃO LOCALIZAMOS POSSÍVEL PREVENÇÃO com os presentes autos.

Gerência de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 12 de maio de 2020.

**Carmen Lúcia Fonseca de Lucena**  
Gerência de Distribuição





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
Gabinete Des. Leandro dos Santos

**Processo nº: 0802690-19.2019.8.15.2003**

**Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)**

**Assuntos: [Acidente de Trânsito]**

**APELANTE: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**

**APELADO: GERALDA DA SILVA TAVARES**

**DESPACHO**

**Vistos.**

Estando presentes os requisitos extrínsecos para admissibilidade recursal (tempestividade, preparo e regularidade formal), recebo o Apelo, em caráter precário, uma vez que sua admissibilidade definitiva só será aferida após o preenchimento dos requisitos intrínsecos (cabimento, inexistência de fato impeditivo ou extintivo a legitimidade e o interesse para recorrer, além da dialeticidade), que reservo-me a averiguar quando da confecção do meu voto acerca do mérito recursal.

Deste modo, remetam-se os autos a PGJ para os fins a que alude o art. 109 da Constituição do Estado da Paraíba<sup>1</sup>.

João Pessoa, 12 de maio de 2020

**Desembargador LEANDRO DOS SANTOS**  
**Relator**

<sup>1</sup>Art. 109. O Ministério Público intervirá em todos os processos de competência do Tribunal Pleno e de seus órgãos.



Segue parecer





MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA  
9º PROCURADOR DE JUSTIÇA

PARECER

PROC. Nº 0802690-19.2019.8.15.2003<sub>1</sub>

NATUREZA – APELAÇÃO CÍVEL.

APELANTE – LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME..

APELADA – GERALDA DA SILVA TAVARES.

ORIGEM – COMARCA DA CAPITAL – 4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA.

ÓRGÃO JULGADOR – 1ª CÂMARA CÍVEL.

RELATOR – DES. LEANDRO DOS SANTOS.

EGRÉGIA CÂMARA:

Em exame **APELAÇÃO CÍVEL** interposta pela **LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**, em face de Sentença (ID 6236336) proferida no Juízo da 4ª Vara Regional de Mangabeira/Capital que, nos autos de uma **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, ajuizada por **GERALDA DA SILVA TAVARES**, julgou procedente em parte o pedido inicial.

Eis a parte dispositiva:

“Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para condenar a parte promovida ao pagamento de indenização no importe de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), devendo esse valor ser corrigido com base na variação do INPC, a partir da data do acidente (Precedentes do STJ: Resp 1747156/RS), bem como acrescido de juros legais de 1% ao mês, a contar da citação.”.

Em suas razões recursais (ID 6236340), a Seguradora aduziu, unicamente, a necessidade do pagamento do seguro obrigatório nos casos em que a vítima é o proprietário do veículo. Assim, pugnou pela reforma da sentença atacada.





Contrarrazões apresentadas (ID 6236346).

Após, vieram os autos ao Ministério Público.

**Relatei. Opino.**

A controvérsia gira em torno da cobrança de seguro de danos pessoais causados por veículo (DPVAT).

As razões recursais tratam unicamente da necessidade de pagamento do seguro para que a autora possa ser beneficiada.

Não há como dar guarida à alegação da obrigatoriedade da comprovação do pagamento do seguro obrigatório nos casos em que a vítima é o proprietário do veículo. Isso porque o fato de o veículo envolvido no acidente estar ou não licenciado não exime a seguradora do dever de pagar a indenização prevista na legislação atinente ao seguro obrigatório DPVAT, conforme entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça:

“Súmula nº 257/STJ - A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”

Diante desse panorama, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por sua Procuradoria de Justiça Cível, opina pelo **desproimento** do Recurso Apelarório.

É o parecer.

João Pessoa, 01 de junho de 2020.

**Vanina Nóbrega de Freitas Dias Feitosa**

**Promotora de Justiça Convocada**





**Poder Judiciário do Estado da Paraíba**  
**1ª Câmara Cível**  
**Des. Leandro dos Santos**

Processo nº: 0802690-19.2019.8.15.2003  
Classe: APELAÇÃO CÍVEL (198)  
Assuntos: [Acidente de Trânsito]  
APELANTE: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME  
APELADO: GERALDA DA SILVA TAVARES

**DECISÃO TERMINATIVA**

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PEDIDO JULGADO PARCIALMENTE PROCEDENTE. IRRESIGNAÇÃO. DESNECESSIDADE DE PAGAMENTO DO PRÊMIO PARA RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA Nº 257 DO STJ. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO APELO.**

A eventual inadimplência do prêmio do seguro DPVAT não constitui motivo para a recusa do pagamento da indenização, ainda que a vítima seja a proprietária do veículo. Inteligência da Súmula nº 257, do STJ. Precedentes do STJ.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível interposta pela Life Consultoria Corretora de Seguros Ltda contra a Sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível da Capital que, nos autos da Ação de Cobrança proposta por Geralda da Silva Tavares, julgou parcialmente procedente o pedido formulado, condenando a Seguradora ao pagamento de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais) mais juros e correção, a título de indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT.

Em suas razões, o Apelante requer a reforma da Sentença alegando que a parte Apelada proprietária do veículo encontra-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório. Deste modo, aduz que não preenche os requisitos necessários para ser indenizada em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT, conforme Resolução 273/20121.

Contrarrazões ofertadas - id 6236346.

Instado a se pronunciar, o Ministério Público opinou pelo desprovimento do Recurso, id 6514544.

**É o relatório.**



## VOTO

Cuida-se de Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório – DPVAT, o qual foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de ressarcir as vítimas de acidentes causados por veículos automotores que circulam por vias terrestres, sejam elas motoristas, passageiros ou pedestres.

Da Sentença que julgou parcialmente procedente a Demanda, apela a seguradora alegando a ausência de pagamento do prêmio do seguro.

Adianto que não merece prosperar.

Com efeito, o Seguro DPVAT, compreende indenizações por morte, invalidez permanente total ou parcial e despesas com assistência médica e suplementar, com uma cobertura objetiva a pessoas expostas a riscos de danos pessoais causados por veículos automotores ou pela sua carga.

Nessa linha, não cabe a negativa de pagamento do valor do seguro por inadimplência do segurado, diante do teor da Súmula nº 257 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

**“Súmula nº 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.**

Assim, releva ressaltar que, como já consolidado na Jurisprudência, por ser o DPVAT um seguro social, perfaz-se descabida a negativa de cobertura ante o atraso ou não pagamento do prêmio, tampouco cabe a recusa do pagamento quando a vítima é proprietária do veículo.

A propósito:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INADIMPLÊNCIA DO SEGURADO QUANTO AO PAGAMENTO DO PRÊMIO POR OCASIÃO DO SINISTRO. SÚMULA Nº 257 DO STJ. AFASTAMENTO DO ÓBICE PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de



9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Dispõe a jurisprudência desta Corte Superior que é cabível a indenização decorrente do seguro obrigatório DPVAT, mesmo quando a vítima for o proprietário do veículo sobre o qual encontra-se vencido o prêmio, aplicando-se o entendimento sedimentado na Súmula nº 257 do STJ, segundo o qual, "a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1769429/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 11/03/2020)

Desta forma, é de ser desconsiderada a insurgência da parte, o que enseja a manutenção da Sentença combatida em todos seus termos.

No que se refere a verba honorária, considerando que foi arbitrada no percentual de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, não há que se falar em majoração.

Feitas tais considerações, com fulcro no art. 932, IV do CPC, **NEGO PROVIMENTO O APELO, mantendo a Sentença recorrida.**

P.I.

João Pessoa, 09 de junho de 2020.

**Desembargador LEANDRO DOS SANTOS**  
**Relator**



Intimação as partes, do inteiro teor da Decisão de ID 6615166.Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 09 junho de 2020.



Intimação as partes, do inteiro teor da Decisão de ID 6615166.Gerência de Processamento do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 09 junho de 2020.





### **CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

Certifico, para que esta produza os devidos efeitos legais que, de acordo com o sistema PJE, decorreu o prazo de lei sem interposição de recurso aos termos da decisão. Dou fé.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DA CAPITAL

2ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA  
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB  
CEP: 58.055-018, Telefone: (83)3238-6333

**ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS – CGJPB)**

**Nº DO PROCESSO: 0802690-19.2019.8.15.2003**

**PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: GERALDA DA SILVA TAVARES**

**REU: LIFE CONSULTORIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME**

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, INTIMO a parte autora requerer o cumprimento da sentença acostando a documentação necessária para tal desiderato (planilha com memorial de cálculos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.

João Pessoa/PB, 15 de julho de 2020.

ANARISOLETA FAUSTINO DINIZ TOSCANO DE FRANCA  
Técnico Judiciário

